

GESTÃO DOCENTE NO PLANEJAMENTO ESCOLAR: PLANEJAR OU PRODUZIR PLANO?

Jânio Nunes dos SANTOS¹
Maria Amábia Viana GOMES²

RESUMO

O presente artigo objetiva travar uma reflexão acerca da importância do planejamento educacional. Busca, numa visão tênue, diferenciar a produção de planos em relação à efetiva prática de planejamento, devido haver uma premente confusão entre os termos por parte de alguns professores, que ao executarem a tarefa burocrática de preencher formulários anuais, bimestrais e diários, e ao entregá-los à secretaria da escola, acreditam ter cumprido o papel de educador. Entretanto, e partindo para uma concepção mais crítica, vale ressaltar a complexidade na qual se assenta o processo de ensino-aprendizagem, sendo o ato de planejar responsável por direcionar o curso da construção do conhecimento. O improviso nas aulas tornou-se uma constante para muitos docentes que se furtam ao planejamento por concebê-lo como prática destituída de sentido e funcionalidade. Todavia, quando se reconhece que o papel social da escola é formar cidadãos críticos e participativos, não se permite conduzir tal processo sem direcionamento, nem ao acaso. Planejar é possuir uma boa capacidade de antecipar o que será trabalhado, atrelando meios e fins para alcançar os objetivos desejados, e assim, tendo o suporte necessário para a retroalimentação da prática diária.

Palavras-chave: Gestão docente; Improviso; Planejamento.

INTRODUÇÃO

O planejamento compreende uma ação intencional e sistêmica que acompanha o homem desde os primórdios da existência, mas que passou a se efetivar tal como o concebemos hoje a partir de sua inserção no ramo da administração, estendendo-se posteriormente para a educação ofertada pelas instituições oficiais de ensino.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras/Português do Instituto Federal de Palmeira dos Índios da Universidade Aberta do Brasil

² Pedagoga; Pós-graduada em Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental e Médio; Mestra em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas; Docente do Curso de Pedagogia de Instituição de Ensino Superior; Coordenadora Pedagógica de escola pública municipal; Professora dos cursos de Letras e Ciências Biológicas na modalidade da Educação a distância do Instituto Federal Tecnológico de Alagoas – IFAL/UAB.

No âmbito educacional, o planejamento adentrou com o intuito de organizar o trabalho institucional e docente, proporcionando a elaboração de propostas em caráter macro, englobando a participação de todos os sujeitos que formam a comunidade escolar, e em caráter micro, voltada mais especificamente para o trabalho docente em sala de aula.

Em ambas as abordagens entra em cena o compromisso docente com a elaboração da proposta institucional e com a própria proposta de trabalho. A LDB³ de 1996 é bastante enfática ao estabelecer a participação docente na elaboração de tais propostas, bem como determina que o planejamento do professor adequa-se à realidade vivenciada pelos discentes.

No entanto, percebe-se, com bastante frequência nas escolas e no próprio discurso docente, a rejeição ao ato de planejar. Muitos acreditam que planejar seja uma atividade burocrática de preencher papéis sem nenhuma utilidade prática. Passam dias, semanas e até anos, amarrados em tal concepção, crenças de que estão cumprindo seu papel.

O presente artigo objetiva adentrar no cerne dessa questão mostrando que muitos docentes não fazem distinção entre planejamento e ato de produzir planos, perpetuam, assim, a descrença na ação sistematizada e consciente e, por extensão, trabalhando ao sabor da sorte e na base do imprevisto. Para dar maior embasamento na presente discussão buscou-se apoio nas abordagens teóricas de alguns expoentes no assunto, tais como Freire (1983), Fusari (1998), Padilha (2001), Menegolla e Sant'Anna (2001), dentre outros.

Algumas Considerações Sobre o Ato de Planejar

O planejamento é uma realidade que acompanhou a trajetória histórica da humanidade. O homem sempre sonhou, pensou e imaginou algo na sua vida. (Menegolla e Sant'Anna, 2001, p. 15).

O ato de planejar acompanha as atividades humanas desde seus primórdios. No início, o homem tinha a necessidade de refletir sobre como conseguir alimentos através da caça e da pesca, como se defender dos animais ferozes, principalmente, de ordem noturna, em relação a proteção das intempéries do tempo, tais como o frio e o calor. Para tanto, não podia agir por meio do imprevisto, constantemente, não que ele não existisse, mas tinha por necessidade vital evitá-lo ao máximo, planejando suas ações para perpetuar-se. No entanto, nesse momento

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996.

histórico o homem fazia uso do planejamento sem ainda reconhecer sua importância. Havia, na verdade, ações sistematizadas de maneira rústica dada a simplicidade das relações e necessidades da época.

Porém, com a evolução da vida humana, a complexidade das relações sociais, principalmente nos setores de produção, essa maneira de organizar o trabalho antes e durante a ação passou a seguir o curso do desenvolvimento organizacional, ganhando força, principalmente, nas atividades sistematizadas, sem desvincular-se daquelas de cunho mais informal e até pessoal: ninguém vai ao supermercado sem antes refletir sobre o que vai comprar, muito menos sem a devida certificação das reais possibilidades de pagamento; é ainda impossível que uma empresa atue aleatoriamente no ramo de produção se não tiver objetivos delimitados, acordos pré-estabelecidos de escoamento de sua produção, garantindo uma previsão do processo final, que é a venda.

Em todos esses processos o planejamento se mostra como componente de extrema necessidade para que os mesmos logrem o êxito esperado. Padilha esclarece o que, efetivamente, constitui o planejamento para iniciarmos a compreensão em torno do tema proposto:

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações. (2001, p. 30)

Sendo o ato de planejar um processo de reflexão, de previsão das ações futuras e de tomada de decisão, a escola enquanto segmento da sociedade em transformação, bem como instituição formadora de sujeitos críticos e participantes não pode se abster de tal função. O planejamento passa a ser uma prática intrínseca ao ato educativo formal. Logo, é de suma importância que a escola construa coletivamente sua proposta pedagógica em caráter macro com a tessitura do Projeto Político Pedagógico, do Plano de Desenvolvimento da Escola e do próprio Regimento escolar. E em caráter micro, entrando em cena a elaboração da proposta de ensino que se concretiza na aula através dos planos de curso, de unidade e de aula.

Partindo dessa premissa, percebe-se o planejamento educacional (macro e micro), com enfoque principalmente na ação docente, como possibilitador da organização metodológica de

conteúdos, ações e procedimentos desenvolvidos pelo professor na sala de aula em consonância com as reais necessidades dos alunos, num processo contínuo de reflexão, revisão e retroalimentação de sua prática.

Mas qual será a verdadeira postura do professor frente ao ato de planejar? Será que há uma efetiva reflexão da realidade do aluno? Será que os professores sistematizam suas práticas de maneira formal e pautadas na avaliação antes e durante o processo? Há nas escolas planejamento ou produção de planos?

Fusari (1998, p. 45), tomando o planejamento de ensino como objeto de estudo enfatiza que:

Na prática docente atual, o planejamento tem-se reduzido à atividade em que o professor preenche e entrega à secretaria da escola um formulário. Este é previamente padronizado e diagramado em colunas, onde o docente redige seus “objetivos gerais”, “objetivos específicos”, “conteúdos”, “estratégias” e “avaliações”.

Em muitos casos, os professores copiam ou fazem fotocópias do plano do ano anterior, e entregam à secretaria da escola, com a sensação de mais uma atividade burocrática cumprida.

Percebe-se uma grande desmotivação docente frente ao ato de planejar, o que efetivamente vem perpetuando o imprevisto durante as aulas, cuja prática passa a ser uma constante quando na verdade não deveria ocorrer com tanta frequência. Nesse sentido, o conceito de planejamento deve ser revisto considerando seu caráter facilitador e viabilizador da democracia do ensino, de modo, que o professor necessita concebê-lo como uma atitude crítica frente ao seu trabalho para não tornar a aula “um barco à deriva”.

Entretanto, faz-se necessário a disponibilidade docente para reverter esse quadro, conscientizando-se do verdadeiro papel do planejamento de modo a concebê-lo não mais como uma ação meramente burocrática, cansativa e sem nenhum sentido na prática diária. Para que isso aconteça, necessita haver a superação de inúmeros obstáculos que impedem a prática de planejar o fazer pedagógico tais como a falta de tempo pelo excesso de trabalho, sendo este um dos argumentos mais frequentes para o não envolvimento no ato de planejar. Isso decorre da sobrecarga de trabalho que a maioria dos docentes enfrentam, principalmente, na Educação Básica, devido à má remuneração ocasionada pela desvalorização do magistério.

Há ainda a preocupação com soluções imediatistas que acabam agindo como meio de estancar o ato de planejar, pois se deixa de lado a importância dos objetivos gerais que normalmente se concretizam a médio e longo prazo, apontando assim, para a falta de eficiência dos planejamentos realizados devido não atuarem com grande rapidez e em caráter imediato na resolução de problemas, muitas vezes pontuais. Entretanto, pouco valeria, por exemplo, estipular metas políticas de longo prazo sem determinar as ações do dia-a-dia. E também seria um grande equívoco executar atividades descompromissadas com a formação e a transformação social. Assim, o processo educacional não pode ficar preso apenas às metas diárias nem somente as de longo prazo. Há que se ter claro a relação de dependência entre os objetivos gerais e os específicos, para não se reduzir à subjetividade de uma prática alienada ou mesmo de consciência ingênua, como aponta Paulo Freire.

Outra questão que repelem os docentes do planejamento são as influências ou expectativas do meio, concretizadas através das pressões feitas pela coordenação e/ou a equipe gestora, deixando alguns encurralados e temerosos em exporem suas propostas.

Os julgamentos feitos a alunos e turmas estereotipadas de ruins, mal comportadas e fracas, constituem mais um fator, marcadamente, prejudicial ao planejamento. Ao rotular o aluno de incapaz, o professor acaba se negando a ajudá-lo, negligenciando-se a melhorar sua prática para desenvolver as potencialidades dos mesmos. O julgamento antecipado é um forte aliado do preconceito.

Vale ressaltar ainda que, enquanto há professores que se envolvem verdadeiramente com o processo de planejamento depositando parte de seu tempo para a sistematização do trabalho futuro, refletido sobre a realização de suas ações, avaliando a prática e tornando a refletir e replanejar, há, no entanto, aqueles que não querem assumir compromisso, hesitando em fazer qualquer tipo de ação que gere mais trabalho para si. Acham-se os donos da verdade, as quais não podem ser contestadas porque consideram absolutas.

Questiona-se, então: se planejar significa, pois, assumir compromisso, como os professores que rejeitam o planejamento podem se dizer comprometidos com a aprendizagem de seus alunos? Como será efetivamente o trabalho desses profissionais? Será que há trabalho?

Não se pode negar a falta de direcionamento que tais professores enfrentam ao se assumirem exímios abominadores do planejamento. Na verdade conduzem suas aulas, suas turmas, seus alunos, como um marinheiro perdido em alto mar. Há um barco a deriva e muitos passageiros (alunos) que correm o risco de naufragarem sem conseguir voltar à praia.

Planejar ou Produzir Planos?

Apesar de haver o corrente discurso de que planejar e produzir planos são palavras sinônimas, efetivamente, estas não o são. Mesmo tendo uma íntima relação, os termos apresentam sentidos diferentes, denominando coisas distintas. O ato de produzir planos constitui uma ação de documentação da proposta educacional da escola e do professor. Já o planejamento possui uma dimensão bem maior, visto que envolve toda ação do professor na realização de tais propostas. O plano passa a ser entendido como um momento do planejamento, enquanto que o planejamento é um processo contínuo, dinâmico e permanente.

É neste ponto, pois, que há divergências e grandes entraves em relação ao planejamento. Os professores se mostram, exacerbadamente, presos a produção de planos como se apenas isso fosse suficiente para agirem perante as inúmeras e mais diversificadas situações que aparecem ao longo da aula, do bimestre e do ano letivo.

O plano, em si, constitui apenas um direcionamento, uma proposta que pode e deve ser modificada de acordo com as insurgências. Deve-se ter bastante claro o caráter flexível que o planejamento possui, para que se possa dar conta dos imprevistos. Navegar ao sabor da sorte e do acaso, não leva a lugar nenhum, muito menos ao lugar desejado.

Não há aqui, porém, a pretensão de negar a realização do plano, visto que, todo trabalho em caráter formal deve ser documentado, e em se tratando de educação não pode ser diferente. Mas o que se almeja, realmente, é deixar claro que este necessita ser atrelado, intimamente, à prática. Faz-se oportuno apontar para a utilidade prática do plano em favor do ensino. Entra em cena, então, o planejamento, ou seja, as ações que guiarão ao alcance dos objetivos.

O plano de ensino deve ser percebido como um instrumento orientador do trabalho docente, tendo-se a certeza e a clareza de que a competência pedagógico-política do educador escolar deve ser mais abrangente do que aquilo que está registrado no seu plano. (FUSARI, 1998, p. 46)

Fica evidente que não é a elaboração do plano que resolverá todos os problemas que o professor encontrará na sua prática, mas, é a ação consciente e crítica do mesmo que transforma a realidade, considerando as reflexões feitas a partir das propostas contidas no planejamento e vivenciadas na prática.

Quando o professor produz planos, e nestes deposita todas as suas expectativas, sem dúvida, possui ainda uma mentalidade infantilizada em torno do ensino e da aprendizagem. Paulo Freire trata essa questão atentando para o tipo de consciência do sujeito. Como o sujeito em questão é o professor, diríamos que este pode estar num nível de consciência mais elevado, quando consegue compreender a complexidade do processo educacional, intervindo conscientemente. Ou ainda, diríamos que ele pode estar imerso na consciência ingênua, quando encara os problemas de sua escola e de seus alunos de maneira simplista, reduzindo-os a casualidade dos fatos, ao destino.

Partindo dessa premissa constata-se que a ação do homem só tem sentido se for compromissada com a realidade, uma vez que, diferente do animal, o ser humano é capaz de refletir. O homem existe e como tal está inserido no mundo. Ao tomar conhecimento desse mundo, é capaz de modificá-lo. Esta ação modificadora, entretanto, torna-se impossível, se ele estiver imerso e acomodado a este mundo e for incapaz de distanciar-se dele para admirá-lo e perceber o seu conjunto. Assim, a necessidade que tem o homem de contínua coexistência do "viver a realidade" com o "distanciar-se dela para refleti-la", é fundamental para que possa assumir seu compromisso. Isto é *consciência crítica*. E é, a partir desta visão crítica de realidade, que o homem se torna capaz de modificar o mundo em que vive. Ao contrário, a consciência ingênua leva a uma visão distorcida da realidade. (FREIRE, 1983)

Professor X Planejamento: Aliados ou Inimigos?

Apesar de o planejamento constituísse como fundamental na ação docente há muitos professores que o consideram como mera perda de tempo, atividade sem sentido nem funcionalidade na prática. Estes passam a vê-lo como um inimigo, dado o tempo gasto para preencher formulários que serão arquivados. Apontam para a falta de coerência com o que os alunos, efetivamente, precisam aprender, aludindo assim para o pouco conhecimento discente. Outros o consideram como vilão porque veem nele uma forma de serem supervisionados, testados ou mesmo perseguidos pela equipe diretiva da escola.

Professores desse tipo passam a demonstrar uma veemente resistência ao planejamento, e quando o faz, realizam por obrigação, sem esconder a descrença no que está sendo elaborado. Por extensão, continuam a fazer uso do improvisado, ou unicamente seguem o livro didático como meio mais cômodo de cumprir seu papel de dar aulas, não importando como.

Recorrendo a Fusari (1998, p. 44), para melhor embasar essa realidade, este nos revela um certo grau de insatisfação dos professores em relação ao planejamento:

[...] O que se ouve, com certa frequência, são falas do tipo: “Eu acho importante planejamento, mas não da forma como vem sendo realizado”; “Eu acho que dá para trabalhar sem planejamento”; “Do jeito que as coisas estão, impossível planejar o meu trabalho docente”; “Vivo de constantes improvisações”; “Eu não acredito nos planejamentos tecnicistas que a Rede vem elaborando mecanicamente e que nada tem a ver com a sala de aula”; “Eu sempre transcrevo o planejamento do ano anterior, acrescento algo quando dá, entrego e pronto. Cumpri minha obrigação”.

Nessa perspectiva, e analisando as falas supracitadas, há de se convir que é bastante árduo para as instituições que dispõem de profissionais com estes perfis, visto ser o trabalho em educação uma ação que forma cidadãos, disseminando ideologias, levando a reflexão dos mais variados fenômenos político-sociais, abrindo caminhos para o pensamento crítico e assim desenvolvendo competências e habilidades necessárias a vida em sociedade. Todavia, quando os profissionais que conduzem tal processo o fazem aleatoriamente devido à falta de planejamento, perpetuam-se as desigualdades sociais, devido ao aluno não ter sido oportunizado das informações necessárias para a sua formação. Logo, a falta de planejamento, constitui um inimigo não só para o professor que negligenciou sua elaboração, mas, principalmente, para o aluno que permanece marginalizado.

O artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9 394/96) estabelece que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Agindo assim, cumpre-se, pelo menos em parte, o verdadeiro papel da educação que é formar cidadãos conscientes de suas ações, críticos e participativos. Cidadãos estes que exijam seus direitos, mas que cumpram seus deveres espontaneamente. Que reconheçam o verdadeiro sentido do ato político, devido ter vivenciado no ambiente de sua formação, a escola.

Sendo a escola o ambiente de iniciação da vida política e democrática dos sujeitos, e os professores, agentes condutores de todo o processo de formação dos mesmos sujeitos, é imprescindível que ajam de maneira consciente e sistematizada. Faz necessário que utilize de diversos meios para que os alunos atinjam os objetivos almejados e desenvolvam as competências e habilidades próprias da vida em sociedade. Sendo assim, é importante salientar que o livro didático não constitui o único meio pelo qual o docente deve guiar sua prática. Na verdade, este consiste em mais um recurso didático que se deve dispor no ato de planejar. É apenas um suporte, sendo que o professor que planeja, seleciona previamente os conteúdos significativos e necessários para sua turma.

Muitas vezes os professores trocam o que seria o seu planejamento pela escolha de um livro didático. Infelizmente quando isso acontece, na maioria das vezes, esses professores acabam se tornando simples administradores do livro escolhido. Deixam de planejar seu trabalho a partir da realidade dos alunos para seguir o que o autor do livro considerou como mais indicado. (MEC, 2006, p.40)

Há que se ter cuidado para evitar o imprevisto, bem como para que o planejamento das atividades diárias não se transforme em algo estanque, fragmentado, solto no espaço. É fundamental que ele possua amarrar com um projeto maior, orgânico, que contemple o currículo a ser desenvolvido durante o período, como o plano de unidade ou o plano de curso. De preferência, os professores devem trabalhar em conjunto, analisando as propostas de objetivos, competências e conteúdos, garantindo a sua continuidade, o aprofundamento entre os temas e a sua coerência com a possibilidade que o aluno tem de aprender e de se desenvolver. Conhecendo o que precisa ser trabalhado, os professores poderão pensar, com antecedência, na busca e preparação de materiais, para além do livro didático, enriquecendo a aula.

Faz-se necessário também que o professor desenvolva o espírito de pesquisador, para assim, embasar conscientemente sua ação, e intervenção quando preciso for. Todavia, é oportuno salientar que apesar de as escolas, com algumas exceções, disporem de acervo literário, de equipamentos de multimídias e acesso às redes sociais, os quais configuram recursos próprios para a busca de novos conhecimentos, muitos professores ainda não têm claro o conceito de pesquisa, principalmente quando esse ganha o estigma científico. Acreditam que o ato investigativo é função exclusiva da academia, relegando a escola a um âmbito de mera transmissão dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. Não poderia ser diferente dado o caráter histórico no qual se tece a relação com a pesquisa

entre escola e universidade. Esta, enquanto instituição formadora de formadores, no caso dos professores em formação, muitas vezes deixa a desejar no que tange a abordagem do processo de pesquisa durante a graduação, bem como negligencia seu fomento.

Não basta apenas transmitir e socializar conhecimento. É mister saber reconstruí-lo com mão própria. Em grande parte, temos aí o diferencial mais concreto entre países ditos desenvolvidos e outros subdesenvolvidos ou em desenvolvimento: os primeiros alimentam condição inequívoca de manejo próprio de conhecimento e, por conta disso, definem as universidades como centros de pesquisa fundamentalmente, enquanto os segundos importam conhecimento alheio, a ele se subordinam, e fazem de suas universidades instâncias onde se ensina a copiar. Assim, enquanto o Primeiro Mundo pesquisa freneticamente, o Terceiro dá aula despreocupadamente. (DEMO, 2001, p. 2)

O professor da educação básica, segundo essa ótica, assume uma função extremamente pragmática no sentido próprio da palavra, devido assumir o papel de transmissor passivo e acrítico ao construído, à realidade que o circunda e às necessidades de seus alunos. E isso se deve ao fato de não ter vivenciado uma formação adequada na universidade, para ser pesquisador de sua prática. Assim perpetuam a maneira de ver e fazer pesquisa na escola. Nessa ótica Amaral (2010, p. 72) afirma que:

(...) A escola básica não se preocupa em colocar o discente em contato com esse mundo, nessa fase de ensino, pesquisar refere-se a encontrar a informação unicamente, sem a necessidade de discutir o motivo por ocorrer dessa determinada maneira ou de investigar as causas que levaram a tal resultado.

No entanto, a pesquisa quando incorporada à prática docente dar movimento à construção do conhecimento. O professor que pesquisa, age considerando sua sala de aula tal qual um laboratório, onde o embasamento teórico possibilita mudanças nas ações realizadas de acordo com o que se almeja alcançar, numa perspectiva extremamente sistemática e direcionada. O planejamento não é uma ação dissociada da pesquisa, ao contrário, um converge para o outro.

Se a docência nas escolas de educação elementar e secundária deve atingir a maturidade como profissão- se o papel do professor não deve continuar infantilizado- então os professores precisam tomar a responsabilidade adulta de investigar sua própria prática, sistemática e criticamente, por métodos que são próprios à sua prática. (ERICKSON, 1986, p. 157, apud LUDKE, 2001, p. 83)

A investigação da prática é que possibilita a coerente tomada de decisão, devido a fornecer embasamento à reflexão, levando-a a um plano mais amplo, numa visão mais global, diria, até condoreira.

O planejamento sem pesquisa e sem conexão com os objetivos, com as competências e conteúdos propostos faz com que as atividades tenham um fim em si mesmas, fiquem destituídas de significado para o processo de aprendizagem, constituindo um entrave semelhante à falta de planejamento ou mesmo ao próprio ato de improvisar. O mesmo ocorre com os planos. Eles não devem ser concebidos como fim, mas como meio para as construções conceituais dos alunos.

O planejamento, contemplado com as ações de analisar, prever, refletir e avaliar para seguir planejando, de acordo com as necessidades dos alunos, revela atitude crítica do educador diante de sua prática pedagógica. O educador com este perfil concebe o planejamento como um aliado em favor do ensino e da aprendizagem. Faz questão de direcionar bem sua ação para saber lidar com as eventuais variáveis.

Considerações Finais

Considerando que o planejamento constitui ação de previsão da práxis pedagógica, buscando equilíbrio entre meios e fins, fica evidente sua premente necessidade no espaço escolar. É humanamente impossível formar cidadão sem o mínimo de planejamento das ações, sem a sistematização necessária, muito menos sem a retroalimentação da prática.

O ato de planejar, e não apenas de produzir planos, necessita, em primeira instância, de disponibilidade docente, envolvimento com o processo educacional, reconhecimento do papel do professor. É necessário ainda que o profissional professor desenvolva a consciência crítica para se reconhecer como protagonista no processo, e não como a vítima do sistema devido a má remuneração, a falta de reconhecimento, o sucateamento de seu ambiente de trabalho. Quando isto acontece, ou seja, quando o professor “veste o traje de coitadinho”, assume-se, ainda que inconscientemente, como verdadeira vítima e como tal sem compromisso com a educação que diariamente ajuda a conduzir. Se não há compromisso, certamente não há planejamento, logo não há construção de conhecimento.

Não obstante, é oportuno salientar que mesmo que, veladamente, há a expropriação do trabalho docente pelo neoliberalismo. Busca-se perpetuar as desigualdades sociais, ainda que o discurso que ecoa seja contrário. Para isso, utiliza-se o professor para atuar nessa frente, fazendo-o trabalhar em várias instituições escolares, ou mesmo em profissões paralelas, para não sobrar-lhe nem tempo e nem energias que o levem aperfeiçoar-se e planejar sua ação.

Assim o professor passa a ser um alienado do sistema capitalista-elitista-marginalizador. Nesse caso, pode existir à vontade de melhorar o ensino, de aperfeiçoar a prática, mas a necessidade de sobrevivência no feroz consumismo fala mais alto.

Entretanto, fazer educação é lidar com o material mais importante, o humano. A maneira como se está formando os sujeitos, mostrando-lhes os caminhos para a cidadania, para a vida em coletividade, é que dirá qual sociedade estamos formando. Será que os atuais conflitos de cunho social não têm contribuição da escola? Creio que sim, pois ao invés de acolher as pluralidades, a escola, de certo modo, acaba rotulando e pré-estabelecendo uma conduta de fracasso para alguns de seus alunos. Certos professores invés de recuperar os alunos “ditos” problemáticos, rejeitam-nos. Nem se dão ao trabalho de refletir sobre meios de atingi-los, levando-os a conceberem o espaço escolar como segregador.

Paulo Freire (1983), certamente, afirmaria que a postura de escolas como essas, bem como a mentalidade de tais professores, é uma consciência ingênua. Como é possível um educador se furtar a possibilidade de atingir um aluno no que tange ao seu desenvolvimento e gosto pela construção do conhecimento? Como pode uma escola que deveria ser um âmbito de acolhimento tornar-se um espaço excludente? O que reza o Planejamento Político Pedagógico de instituições como essas? Será que existe? Será que os professores têm acesso a ele, ou nem se interessam por conhecê-lo?

Essa pode ser uma das raízes do problema. O professor que não conhece a proposta de trabalho da escola na qual leciona, nem participa de sua elaboração e reformulação, efetivamente, não dispõe do mínimo para fazer intervenções em suas turmas. Pois para que realmente possa agir de maneira coerente é necessário que se sinta envolvido com o ato educacional e tenha o sentimento de pertinência à instituição na qual desempenha suas funções.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- 9394/96) estabelece em seu Artigo 13, incisos I e II que:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Constata-se a clareza com a qual a legislação vigente trata o planejamento, seja macro ou micro, mas defendendo sempre a inter-relação entre ambas as dimensões. Em suma, fica evidenciado a responsabilidade atribuída ao professor no que diz respeito à elaboração participativa das propostas pedagógicas. E mais, sua responsabilidade em sistematizar a prática em sala de aula atrelada à proposta do estabelecimento de ensino.

Para reforçar a dimensão do planejamento, vale salientar que o mesmo pode ocorrer em diferentes níveis, desde os sistemas de ensino, passando pelas unidades educativas, até o trabalho do professor no cotidiano da sala de aula.

Diante disto, Piletti (2001, p.73) esclarece que plano de aula “é a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. (...) É a sistematização do tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem”.

Dentro dessa dinâmica não cabe ao professor de consciência ingênua, que apenas produz planos, isto é, quando não copia o do ano anterior, concebendo o ato de planejar como uma atividade meramente burocrática e sem sentido. É cabível o professor de consciência crítica, que não impõe o conhecimento, mas constrói coletivamente, que reflete sobre sua prática, que busca a retroalimentação a partir do planejamento e da avaliação. Professor que planeja, mais que ministrar aulas, almeja cumprir com a função social de formar cidadãos críticos, participativos, políticos e amantes da democracia.

253

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rogério do. **As contribuições da pesquisa científica na formação acadêmica.** Identidade Científica, Presidente Prudente-SP, v. 1, n. 1, p. 64-74, jan./jun. 2010
- BRASÍLIA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- DEMO, Pedro. **Professor/Conhecimento.** UnB, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 6ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FUSARI, José Cerchi. **O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas.**Série Idéias n. 8. São Paulo: FDE, 1998.

LUDKE, Menga. **O Professor, Seu Saber e Sua Prática.** Educação e Sociedade. Ano XXII, nº 74, 2001.

Mec- Ministério da Educação e Cultura. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos- Avaliação e Planejamento.** Caderno 4. SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT' ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 10ª Ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2001.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PILETTI, Cláudio. **Didática Geral.** 23ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.